



A construção social da mãe invisível: reflexões a partir do olhar de Pierre Bourdieu

The social construction of the invisible mother: reflections from Pierre Bourdieu's perspective

Lílian Viana Teixeira Cananéa 

Doutora em Ciência da Informação
Universidade Federal da Paraíba, Brasil
lilian.vianacananea@gmail.com

Ana Cláudia de Araújo Santos 

Doutora em Ciência da Informação
Universidade Católica de Pernambuco, Brasil
anaclaudiasantos@gmail.com

Edvaldo Carvalho Alves 

Doutor em Ciências Sociais
Universidade Federal da Paraíba, Brasil
edvaldocalves@gmail.com

Mônica Paiva 

Doutora em Ciência da Informação
Universidade Federal da Paraíba, Brasil
nicpaiva@gmail.com

Resumo

O presente artigo aborda a imagem da mulher-mãe e sua construção social sob a ótica de Pierre Bourdieu, tem como objetivo refletir sobre a identidade feminina no século XXI, especialmente de mulheres-mães, bem como identificar e discutir sobre as lógicas que regem a perpetuação da cultura de gênero em nossa sociedade. Como decorrência, o artigo relaciona essas ações sociais como agentes propulsores e reprodutores da dominação masculina, o que resulta em uma revisão de literatura, que incorpora a identidade da mulher-mãe e sua ressignificação frente ao patriarcado, com ênfase para o papel da mulher-mãe no âmbito da Ciência da Informação. O estudo é descritivo, exploratório e qualificativo, ao passo em que descreve, registra, analisa e interpreta fatos ou fenômenos da realidade, sem qualquer interferência. No caso da pesquisa exploratória, seu intuito é favorecer visão genérica de determinadas questões de pesquisa, em geral, temas pouco explorados. Por fim, a pesquisa qualitativa privilegia particularidades e experiências individuais e grupais, haja vista que seu alvo é apreender o comportamento de determinado grupo social. No caso, as inferências confirmam a legitimação de elementos reprodutores da dominação masculina frente à imagem da mulher-mãe e sua atuação social.

Palavras-chave: maternidade; Bourdieu; dominação masculina; Invisibilidade materna; questões de gênero.

Abstract

This article approaches the image of the woman-mother and its social construction from the perspective of Pierre Bourdieu, aims to reflect on the female identity in the 21st century, especially of women-mothers, as well as to identify and discuss the logics that govern the perpetuation of gender culture in our society. As a result, the article lists these social actions as driving and reproducing agents of male domination, which results in a literature review, which incorporates the identity of the woman-mother and her resignification in the face of patriarchy, with emphasis on the role of the woman-mother. mother in the field of Information Science. The study is descriptive, exploratory and qualifying, while describing, registering, analyzing and interpreting facts or phenomena of reality, without any interference. In the case of exploratory research, its purpose is to favor a generic view of certain



doi: [10.28998/cirev.2024v11e15766](https://doi.org/10.28998/cirev.2024v11e15766)

Este artigo está licenciado sob uma [Licença Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Submetido em: 07/07/2023

Aceito em: 30/11/2024

Publicado em: 24/12/2024

research questions, in general, themes that are little explored. Finally, qualitative research favors particularities and individual and group experiences, given that its target is to apprehend the behavior of a given social group. In this case, the inferences confirm the legitimization of elements that reproduce male domination in the face of the image of the woman-mother and her social role.

Keywords: *maternity; Bourdieu; male dominance; maternal invisibility; gender issues.*

1 INTRODUÇÃO

Em agosto de 2017, a Folha de São Paulo decidiu elaborar um caderno digital especial para homenagear os homens com filhos. Na reportagem do caderno especial “Dia dos Pais”, cinco personagens são reverenciados por suas maiores paixões: Jota, apaixonado por aventuras; Jair, amante de motocicletas; Sandro, atleta; Rodrigo, cuidador de plantas; e Wilson, ouvinte de *heavy metal*. Em cada página, o hobby dos pais é enfatizado, comemorado e incentivado, com a justificativa de que os pais não devem ficar, apenas, cuidando dos filhos; precisam de descanso. Embora o leitor conheça a história de cinco pais, não há a possibilidade de obter informações sobre os filhos. Eles não aparecem. Eles não existem.

Em maio do mesmo ano, a mesma revista *online* homenageou as mulheres com filhos. Cinco mulheres paulistanas foram escolhidas para representar as mães de todo o país. Entretanto, não foi elaborado um caderno especial. A elas, coube uma reportagem enfatizando as maiores conquistas emocionais das mulheres ao serem mães. A elas, não foi reverenciado nenhum *hobby*, e sim o suposto instinto materno presente em todas elas, com seus filhos (as) biológicos ou adotivos (as), e todos os sacrifícios inerentes ao papel de mãe.

A situação, evidenciada no fazer jornalístico, deixa transparecer a identidade da mulher-mãe, construída e enraizada ao longo dos anos pela formação patriarcal da família. Um ser invisível, cuja maternidade é a finalidade maior da mulher e, portanto, não devendo ser enaltecida. À mulher, cabe comportar-se conforme os padrões para encontrar um belo esposo e, por fim, procriar. Aos homens, cabem às invenções, o desenvolvimento e o controle da família.

Essas ações costumeiras, naturalizadas e automáticas acabam por compor o *habitus*, termo desenvolvido pelo sociólogo francês, Pierre Bourdieu, que relaciona a capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos indivíduos por meio de ações, pensamentos e comportamentos. É por meio dos valores sociais, determinados pela visão de mundo de um grupo social, que os objetos, comportamentos e interações ganham significado, fundamentando a moral das atitudes dos indivíduos que fazem parte do coletivo. Assim, os comportamentos tornam-se padrões a serem internalizados e naturalizados por todos, mulheres e homens, pais e mães, crianças e adultos.

Partindo desse pressuposto, pode-se afirmar que os valores permitem classificar e hierarquizar as condutas dos indivíduos em diferentes setores da vida e da interação social. Dessa forma, algumas ações são consideradas justas e corretas – portanto, devem ser incentivadas –; outras, incorretas e feias, devendo, portanto, ser impedidas (Berger, 2004).

É assim que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica), dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de *Webwe*, para a domesticação dos dominados (Bourdieu, 1992, p. 11).

Uma pesquisa divulgada no dia 12 de junho de 2023 pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), mostra bem como os sistemas simbólicos influenciam, diretamente, nas posturas e, até, nas sanções sociais aplicadas em prol dessa legitimação da dominação. De acordo com o levantamento, realizado em 80 países – abrangendo mais de 85% da população mundial –, cerca de 87% das mulheres e 90% dos homens têm algum tipo de preconceito contra as mulheres, chegando, inclusive, a legitimar atos de violência física e psicológica (ONU News, 2023).

A pesquisa revelou ainda que, no mundo, quase metade das pessoas acreditam que os homens são melhores líderes políticos do que as mulheres. Além disso, mais de 2 em cada 5 pessoas concordam que os homens são melhores executivos de negócios do que as mulheres.

No Brasil, 39,91% das pessoas acreditam que mulheres não são tão boas políticas como os homens ao desempenharem a função e consideram que as mulheres possuem menos direitos do que os homens. Além disso, 31% dos brasileiros acreditam que os homens têm mais direito ao trabalho do que as mulheres ou homens fazem melhores negócios do que as mulheres. Já em relação à decisão de querer ou não ter filhos, o estudo mostrou que 75,56% dos homens e 75,79% das mulheres consideram a maternidade um caminho obrigatório e não uma escolha.

Nessa perspectiva, é possível explicar o repúdio da sociedade às mulheres que investem na carreira e colocam os filhos logo cedo no berçário, por fugirem do esperado para o ser mulher-mãe: cuidar da casa, do esposo e dos filhos. Um ser invisível, cuja maternidade é a finalidade maior da mulher e, portanto, não devendo ser enaltecida. À ela, cabe comportar-se conforme os padrões para encontrar um belo esposo e, por fim, procriar. Aos homens, cabem as invenções, o desenvolvimento e o controle da família.

Mesmo a maternidade sendo uma opção (de acordo com a Constituição Federal), essa opção carrega variados preconceitos e estereótipos. Tais discursos como “Ser mãe é padecer no paraíso”, “O único amor incondicional é o da mãe”, “Mulher nasce com o instinto maternal”, “Você não quer ter filhos? Que egoísta?”, “Você vai se arrepender, é só uma fase depois você muda de ideia”, podem ser caracterizados como violências simbólicas de gênero, pois se utilizam do discurso e da representação para induzir mulheres à maternidade compulsória, carregada de responsabilidades solitárias e pré-estabelecidas.

Construído e enraizado ao longo dos anos pela formação patriarcal da família, o papel da mulher-mãe na sociedade está intimamente relacionado à sua representação social, imbricada na cultura das relações de gênero, e construída por meio das práticas sociais (interações) inseridas e influenciadas pelo contexto, e vice-versa. As mulheres que, por opção ou não, tornam-se mães, precisam conviver, diariamente, com o amargo sabor da invisibilidade.

Já no mercado de trabalho, as mulheres-mães enfrentam o descrédito quanto à sua competência e compromisso em suas atividades. Enquanto o homem segue sua busca de crescimento profissional, sem interferências com o nascimento do filho ou dos filhos, a mulher é sempre colocada em “xeque”, e sua intimidade, invadida como se fosse pública: “quem ficará com seus filhos?”, “Seus filhos irão para a creche?”, “como você conseguirá trabalhar quando seus filhos estiverem doentes?”.

A cada ideia difundida sem reflexão sobre a mulher-mãe e sua condição invisível, mais força ganha o discurso machista e patriarcal que impede a mulher-mãe de trilhar outros caminhos além da maternidade. Por ser uma violência sutil, torna-se mais perigosa e, em alguns casos, mola propulsora de outras formas de violência. Assim, contribuem demasiadamente na construção da subjetividade da mulher-mãe, diminuindo, inclusive, sua autoestima, ao passo que aumenta seu sentimento constante de culpa.

Ainda de acordo Berger (2004), é possível explicar o repúdio da sociedade às mulheres que investem na carreira e colocam os filhos logo cedo no berçário, por fugirem do esperado para o ser mulher-mãe: cuidar da casa, do esposo e dos filhos. A elas sobram adjetivos condicionados pela estrutura social. Entre eles, ‘mal amadas’, ‘mães ruins’ e ‘*feminazi*¹’.

Partindo desse pressuposto da cultura das relações de gênero, o referido artigo tem como objetivo refletir sobre a construção da identidade feminina, especificamente sobre as mulheres-mães, bem como identificar e discutir sobre as lógicas que regem a perpetuação da cultura de gênero em nossa sociedade.

Considerando que essas ações são atualizadas no cotidiano de homens e mulheres, propomos refletir sobre o fenômeno no âmbito da própria dinâmica das relações sociais cotidianas. Tratando dessa questão central, o artigo está estruturado em três seções. Na primeira, intitulada ‘*A construção social da mulher-mãe*’, descrevemos as mudanças da identidade feminina e como a estrutura patriarcal transformou e solidificou a imagem da mulher-mãe que conhecemos hoje, ditando seus valores, ações e comportamentos.

Na segunda seção, apresentamos uma discussão sobre esses comportamentos, levando em consideração a visão estrutural construtivista de Pierre Bourdieu. Com a análise baseada no referido autor, é possível compreender de que forma essa internalização de valores ajuda a fortalecer as ações machistas de homens e de mulheres. Por fim, elencamos algumas considerações finais sobre o tema.

A importância de se abordar o assunto está atrelada ao estudo das relações entre os discursos em relação às possíveis perspectivas ou pontos de acesso de variadas comunidades de usuários (Espírito Santo, 2008), um dos campos de estudo da Ciência da Informação, conforme Capurro destaca (2003). Entre as variadas comunidades, o artigo destaca a mulher-mãe, “grupo sincronizado em linguagem e conhecimento e construído socialmente atrelado a dimensões culturais, sociais e históricas” (Espírito Santo, 2008, p. 318).

Considerando a inexistência de categorização consensual quanto à tipologia de pesquisas científicas, as quais, mais e mais, exigem a combinação de métodos e técnicas, a pesquisa em pauta configura-se, a priori, como bibliográfica e descritiva. No primeiro caso, trata-se de junção de procedimentos para identificar, selecionar, localizar e obter fontes de interesse para a consecução dos objetivos propostos, o que envolve técnicas de leitura e transcrição de dados que permitem recuperá-los, sempre que necessário, de acordo com transcrição exaustiva de Stumpf (2008). Acrescenta-se que a pesquisa bibliográfica trata do levantamento de fontes bibliográficas e/ou eletrônicas com o fim de colocar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito até então sobre a temática – mulheres-mães – favorecendo sua análise sob novo enfoque. Indo além, o estudo também é categorizado como descritivo, exploratório e qualitativo. A pesquisa descritiva, no rastro da própria designação, limita-se a abordar quatro aspectos – descrição, registro, análise e interpretação de fatos ou fenômenos de determinada realidade – sem manipulá-los, ou seja, sem exercer qualquer interveniência. Em se tratando da pesquisa exploratória, o intuito central é favorecer visão genérica de determinado tema, do tipo aproximativo, de modo a tornar o objeto de estudo e a formulação das hipóteses centrais ou adjacentes mais visíveis (Gil, 2010). A pesquisa exploratória é realizada sobre um problema ou questões de pesquisa, geralmente, com pouco estudo anterior ao seu respeito. A qualitativa privilegia particularidades e experiências individuais e grupais, haja vista que seu alvo é apreender o comportamento de determinado grupo social, no caso, as mulheres-mães.

¹ Esse termo é usado pejorativamente para descrever pessoas consideradas radicais nas questões de igualdade de gênero.

Centrado na compreensão do sentido social da mulher-mãe, o estudo pretendeu contribuir para uma discussão sobre a maternidade, bem como as mudanças que necessitam ocorrer para que a questão da maternidade possa se tornar uma não-questão para a mulher que vivencia essa realidade. Assim, convém destacar que não há a pretensão de esgotar a discussão sobre o tema, mas de incentivar o estranhamento e a reflexão sobre o assunto, contribuindo para discussões no tocante à temática, especialmente na Ciência da Informação.

2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MULHER-MÃE

Na Pré-História, período que antecede o aparecimento da escrita e corresponde à prevalência de ferramentas de pedra e, mais adiante, dos metais – Período Paleolítico (Idade da Pedra Lascada); Período Neolítico (Idade da Pedra Polida); Idade dos Metais (Ferro, Cobre e Bronze) – embora varie de região para região (estima-se que as primeiras ferramentas de pedra surgem há, aproximadamente, três milhões de anos, no continente africano), a imagem da mulher-mãe aparece impregnada de importância e adoração. Cuidado e sobrevivência das crianças são, então, responsabilidade única das fêmeas. Sua habilidade na partilha de alimentos mostra-se essencial para a perpetuação da espécie e, por isso, sua função é venerada por todos. (Fidalgo, 2003). Dar à luz e conservar a prole consiste em tarefa que exerce flagrante diferença na organização social da época:

Nesse longínquo começo, a mãe da espécie humana não foi só figura temida e reverenciada pela misteriosa capacidade de engendrar crianças, mas também pelo seu saber, o da experiente coletora de alimentos que sabiamente definia os padrões de partilha dos mesmos. A mulher pagã, representada com formas protuberantes, ou de ventre liso, geradora e guerreira, é sempre poder. (Fidalgo, 2003, p. 86).

Na fase da história propriamente dita, desde a Idade Antiga, período iniciado com as mais antigas civilizações e que vai até a queda do Império Romano do Ocidente (século V), a identidade da mulher-mãe passa a ser construída pelo discurso masculino. Sua repetição, ao longo do tempo, alicerçada por elementos diversificados, como religião, arte e sistema capitalista, reforça a cultura ocidental de desvalorização das mulheres, em especial das mães, colocando-as como serviçais dos homens e a quem compete exercer a maternidade por obrigação, tornando-as invisíveis no espaço público e, em situação subalterna, no espaço privado do lar.

Em outras palavras, o poder da mulher esvai-se para dar lugar à institucionalização do patriarcado, regime social em que o homem atua com autoridade preponderante, cerca de seis mil anos atrás, momento em que sua propagação ganha forma com a concepção do paternalismo, termo de origem grego e que significa, literalmente, “a regra do pai”, ou “chefe de uma raça”. Em linhas gerais e práticas, o patriarcado é um sistema social em que os homens mantêm poder e liderança na política, no controle das propriedades e na determinação dos valores morais. Na família, sua figura mantém autoridade sobre mulheres e filhos. Como decorrência, a partir de então, a fêmea deixa de assumir a mesma importância do homem e seu papel e sua função passam a ser definidas pelo poder masculino, que impõe a subordinação feminina como imperativo em prol da harmonia da estrutura social.

Como primeira prestadora de cuidados, virá a ser impedida a cuidar ou a rejeitar, a embalar ou a evitar o contato com a criança, consoante decisão patriarcal. Desse começo,

em que se vislumbrou a mais antiga concepção mítica e divinizante da mulher, passar-se-á a outra leitura, àquela em que a sobrevivência da humanidade se vai dissociando das concepções primitivas (Fidalgo, 2003, p. 87).

Eis o início do processo de invisibilidade da mulher-mãe, fortalecido por pensadores da Grécia Antiga, a exemplo de Aristóteles, filósofo grego, o qual, junto com Platão e Sócrates é considerado como um dos fundadores da filosofia ocidental, mas para quem a participação da mulher na vida pública configura-se como risco à harmonia social e, portanto, deve ser evitada. Aos homens, cabem as atividades nobres da arte, da política e da guerra, em detrimento das mulheres, consideradas inferiores e desprovidas de razão e pensamento crítico. “Vendidas” pelo pai – mediante a concessão de dotes –, a mulher perde autonomia de decidir seu futuro. Limita-se a obedecer, em silêncio, ao homem que lhe comprou, qual seja, o marido / novo proprietário de seu destino. Nem a maternidade, função exclusiva do sexo feminino, tem relevância. Ao homem, responsável pelo controle e pela estrutura da família, compete, ainda, decidir os filhos que vão ser criados ou rejeitados pela mulher.

Na Grécia Antiga, a representação da mãe estava praticamente afastada da arte e da religião, e até na mitologia são abundantes as maternidades masculinas, cuja prole nasce de algumas partes da autonomia do macho. Vai longe a poderosa deusa-mãe. As suas descendentes, as deusas gregas, são deusas sem mãe e dominadas pelo pai, Zeus. (Fidalgo, 2003, p. 88).

A função da mãe romana também era restrita à maternidade. Porém, devido às preocupações com a taxa de mortalidade em Roma, elas passaram a ter um pouco mais de importância do que as gregas escravizadas. Em Roma, inclusive, encontram-se algumas referências de protestos junto ao senado, contra a exclusão do uso de transportes e contra a obrigatoriedade das mulheres se deslocarem a pé. No caso das mulheres excluídas do seio da família patriarcal (divorciadas e viúvas, por exemplo), chamadas de matronas, havia, ainda, a autonomia de escolher seu amante – embora ele nunca pudesse se tornar seu esposo legalmente. Só elas detinham também o poder de optar por não ter filhos, rompendo com o propósito maior imposto socialmente.

Na Idade Média, entre o começo do século V e meados do século XV, o exercício da maternidade servil é impulsionado pela religião, por meio da representação de Eva e Maria. A primeira, responsabilizada por toda a origem do mal da humanidade em forma de serpente, e, por isso, predestinada a sofrer as dores do parto e a constante submissão ao marido, como forma de punição e de controle. Maria, ao contrário, representa a proposta de uma nova mulher-mãe, feminina e sem pecado, de inteira sujeição voluntária ao marido, devido ao amor incondicional e não mais escravizante. Assim, a imagem da mulher-mãe transforma-se em mito do amor incondicional aos filhos, como instinto materno, justificando-se pelo ato biológico de parir. Sob esta ótica, a mulher abandona seu eu anterior e passa a desempenhar plenamente o papel de boa mãe, com sacrifícios voluntários em nome dos filhos, total abnegação e autoanulação, em prol da harmonia familiar, leiam-se, filhos e marido.

Posteriormente, na Idade Moderna, final do século XV até a Idade das Revoluções no século XVIII, registra-se um momento em que a produção artística e literária ganha tal intensidade e importância que esse período passa a ser designado como Renascimento ou Renascença, cujo berço está na península itálica, mormente, em cidades de intensa produção cultural, a exemplo de Veneza e Florença. Estende-se, aproximadamente, entre meados ainda do século XIV e fim do século XVI. No entanto, a situação das mulheres ainda é inaceitável. Além de servis, são sistematicamente perseguidas e, na melhor das hipóteses, renegadas ou

relegadas, caso não sigam os padrões patriarcais estabelecidos. Nem mesmo no Iluminismo, período-chave para aquisição de direitos fundamentais do indivíduo, a mulher-mãe alcança conquistas significativas.

De acordo com Stearns (2007), a construção masculina do mundo, ao determinar as atividades inerentes às mulheres, considera a qualidade ou a condição de ser mãe, não mais como algo sublime e grandioso, mas, sim, como ocorrência constrangedora, e que transforma as mulheres como seres inaptos a cumprirem quaisquer outras tarefas, salvo os cuidados dos filhos e do marido

Como decorrência, sem condições de assumir encargos distintos, devido ao processo biológico de dar à luz, a mulher-mãe é associada a uma imagem de fragilidade e, assim, com necessidade de proteção em seu espaço doméstico e de reclusão. Paralelamente, compete ao homem ocupar o poder do espaço público e o controle (camuflado sob o argumento de proteção) do espaço privado.

Com o acesso à educação negado séculos antes, o capitalismo utiliza-se desse cenário para fortalecer, ainda mais, o discurso machista. Assim, longe da educação formal, as mulheres passam a realizar cursos que a ajudem a se tornarem esposas e mães perfeitas. Aprender idiomas estava fora de questão já que, apontadas como sexo frágil, correriam o risco de sucumbir à corrupção, afastando-se do seu papel sublime de submissão à família.

Ao construir um estilo romântico, baseado no amor e no respeito, de maternidade que os homens não se cansavam de exaltar, o discurso vitoriano manteve o estilo irrepreensivelmente 'épico' da invisibilidade doméstica. (Fidalgo, 2003, p. 97).

Na Idade Contemporânea, fase histórica entre o início da Revolução Francesa, com a queda da Bastilha em 14 de julho de 1789 até os dias atuais, comemora-se mais de 50 anos da revolução feminista, que atinge seu auge, quando sua idealizadora e maior representante, Betty Friedan, autora de "*The feminine mystique*", 1963, luta para despertar e consolidar a ressignificação da imagem da mulher e da mãe. Eis uma das mais importantes obras do século XX em relação à mulher, com tradução numa série de idiomas, incluindo o português. É uma denúncia plena de significados, uma vez que mediante pesquisa exaustiva de campo com as mulheres da época, a norte-americana reitera que, desde a mobilização para a Segunda Guerra Mundial, a tendência é transformar meninas e adolescentes em pessoas incapazes de outras habilidades, salvo o cuidado do lar.

É preciso, assim, reconhecer os ganhos para a mulher de hoje, graças ao feminismo. Como qualquer movimento social e político, de linhas radicais, cometeu equívocos e desvios. Primeiro, ao buscar soluções únicas para questões que envolvem decisões de foro íntimo, e, portanto, são intrinsecamente imprevisíveis. (Cananéa; Rocha; Targino, 2018).

O segundo ponto é a tendência para reproduzir o modelo masculino, quando, na verdade, no momento que apregoa tal igualdade, rouba da mulher, mais uma vez, sua possibilidade de escolha, até porque, no também clássico sobre a temática, "*Passages: predictable crises of adult life*", Gail Sheehy (1986, p. 136) afirma ser inteiramente impossível

[...] a duas pessoas coordenar [sic] todas as suas crises de desenvolvimento. A época do aparecimento das oportunidades externas quase nunca será a mesma. Mais importante do que isso, cada pessoa possui uma estrutura de vida interna, com suas próprias idiosincrasias [...] Cada um alternará de maneira diferente entre épocas de certeza absoluta, esperança e sensação de potencialidade e épocas de vulnerabilidade.

De qualquer forma, devem-se às pioneiras uma série de conquistas atuais que possibilitem condição de vida mais digna para as mulheres, mães ou não, em meio à sociedade patriarcal, detentora do discurso hegemônico machista. Dentre estas vitórias, estão: oportunidades de escolarização mais elevada e, conseqüentemente, melhores empregos e maior espaço no mercado de trabalho; direito ao voto; acesso ao divórcio; chance de optar pelo aborto, sobretudo, no caso das nações desenvolvidas; permissão para viver sua liberdade sexual e profissional, mediante a desconstrução de uma cultura masculina. Fica claro, então, que as mudanças para a vida do ser humano do sexo feminino decorrem de ações orquestradas em frentes variadas como, por exemplo, participação em políticas sociais e, na atualidade, bem maior vigilância no que diz respeito à violência física e psicológica, entre outras medidas.

Indo e vindo ao transcorrer de décadas e séculos, vê-se, pois, que a identidade da mulher-mãe sofre evoluções e involuções, a depender dos povos. Em termos genéricos, a imagem de abnegação da mãe “esposa de meu marido e mãe de meus filhos” (Stuart, 1990, p. 15) permanece presente e forte no cotidiano pós-moderno. Ao longo dos dias, percebe-se, ainda, a repetição de imagem de mãe subserviente por instinto biológico e amor incondicional. Um instrumento para um fim masculino que apenas reproduz os discursos de um sistema que oprime e bloqueia o valor social da maternidade.

Embora Beauvoir nunca tenha, sequer, definido o conceito de gênero, Saffiotti (1999, p. 157) considera que “qualquer que seja a avaliação que se tem de *O Segundo Sexo* [...], não se podem negar dois fatos: seu pioneirismo e sua influência em muitas gerações, assim como na academia”.

Simone de Beauvoir traz à tona os debates sobre a construção social da mulher e enfatiza a opressão vivenciada por elas (nós!) ao longo da história. Segundo ela, os costumes influenciaram o comportamento dos homens e mulheres e moldaram o espectro social de masculinidade e feminilidade. Este espectro, por sua vez, apresenta nuances especificamente voltadas ao poder (Beauvoir, 2014).

Todo indivíduo que se preocupa em justificar sua existência a sente como uma necessidade indefinida de se transcender. Ora, o que define de maneira singular a situação da mulher é que, sendo, como todo ser humano, uma liberdade autônoma, descobre-se e escolhe-se num mundo em que os homens lhe impõem a condição do Outro. Pretende-se torná-la objeto, votá-la à imanência, porquanto sua transcendência será perpetuamente transcendida por outra consciência essencial e soberana. O drama da mulher é esse conflito entre a reivindicação fundamental de todo sujeito, que se põe sempre como o essencial, e as exigências de uma situação que a constitui como inessencial. Como pode realizar-se um ser humano dentro da condição feminina? (Beauvoir, 1980, p. 23).

Assim, volta seus debates para questões sensíveis à estrutura patriarcal e, obviamente, polêmicas, do ponto de vista conservador da época (embora atuais, ainda hoje). É nesse contexto que Beauvoir defende uma de suas ideias mais fortes: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, rompendo a crença da inferioridade da mulher em relação ao homem. A frase é acompanhada da explicação de que “nenhum destino biológico, psíquico ou econômico define a forma que a mulher ou a fêmea humana assume no seio da sociedade” (Beauvoir, 1980, p. 9).

Logicamente, sua postura foi amplamente criticada pelos acadêmicos conservadores, que limitavam a função da mulher aos aspectos biológicos, relativos ao sexo e à reprodução. Por suas diferenças biológicas em relação aos homens, as mulheres eram consideradas frá-

geis, menos inteligentes e com mais habilidades para o lar, para reprodução e para constituição familiar e, conseqüentemente, inferiores aos homens, seres dotados de força e inteligência (Beauvoir, 2014).

Nesse sentido, as discussões de Simone de Beauvoir abrem caminho para os estudos que versam sobre as hierarquias e estruturas de poder que reforçam as desigualdades entre os gêneros. Bourdieu, por exemplo, embora não “beba dessa fonte” diretamente, também analisa o espectro social da masculinidade e feminilidade e suas relações de poder, tão debatidos por Beauvoir. O autor analisa essas relações de poder, levando em consideração as categorias: *habitus*, campo e capital social.

Em sua obra “A dominação masculina”, esses estudos se voltam para a compreensão do masculino e feminino, com foco no desmascaramento das estruturas de poder que marginalizam e violentam as mulheres, pelo viés da reprodução da superioridade dos homens.

Pelo fato de estar inscrito tanto nas divisões do mundo social ou, mais precisamente, nas relações sociais de dominação e de explorações instituídas entre os sexos, como nos cérebros, sob a forma de princípios de divisão que levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição entre o masculino e o feminino, o sistema mítico ritual é continuamente confirmado e legitimado pelas próprias práticas que ele determina e legitima (Bourdieu, 1999, p. 137).

Nesse sentido, Bourdieu (1999), de maneira muito sofisticada, estrutura os conceitos fundamentais relacionados à problemática da dominação masculina que se situa no espaço social e não no plano biológico. O que determina a estrutura de dominação é a construção social que acontece a partir dessas diferenças. É uma construção histórica presente em diferentes áreas do universo social, fazendo com que se mantenha a supremacia masculina, nas palavras do sociólogo: “masculinidade como nobreza” (Bourdieu, 1999, p. 71)

A partir de conceitos que lhe são muito importantes, como *habitus* e violência simbólica, Bourdieu mostra o quanto esta dominação masculina está incrustada em nossos modos de pensar, comportar, sentir, falar etc., fazendo com que a reprodução da ordem social seja mantida e legitimada. Na visão dele, a (re)produção dos gêneros e a persistência das relações de dominação de gênero seriam “fruto” do *habitus*. A subjetividade de gênero, corporificada, ou seja, estruturada internamente e expressa em posturas masculinas ou femininas, é continuamente realimentada e reforçada pela objetividade da realidade social, isto é, por uma organização social baseada em divisões de gênero (experiência histórica).

Os *habitus* de gênero são, assim, reflexo da educação informal, de um trabalho pedagógico psicossomático de nomeação, inculcação e incorporação, que se inicia no processo de socialização infantil e continua por meio de variadas e constantes estratégias educativas de diferenciação, implícitas nas práticas de vários agentes e instituições, como a família, a igreja, a escola e os meios de comunicação.

Nesse sentido, Bourdieu trabalha a questão da dominação masculina como uma forma específica de violência simbólica. A partir dessa ideia, Bourdieu defende que o poder impõe significações, conferindo-as como legítimas, de forma a dissimular as relações de força que sustentam a própria força. Em outras palavras, ele afirma que a manutenção de um poder se mascara nas relações, infiltra-se no nosso pensamento e na nossa concepção de mundo.

Bourdieu ressalta, ainda, que essas concepções invisíveis nos levam à formação de “esquemas de pensamentos impensados”. Isto é, acreditamos na ilusão de que os nossos pensamentos são livres, mas, o que acontece é, justamente, o contrário: eles estão marca-

dos por interesses, preconceitos e opiniões, previamente incorporados por nós de forma, muitas vezes, inconsciente. Não é à toa que o sociólogo afirma que uma relação desigual de poder comporta uma aceitação dos grupos dominados, não sendo necessariamente uma aceitação consciente e deliberada, mas principalmente de submissão pré-reflexiva. Assim, a própria socialização dos corpos estaria permeada por essas ideias.

O corpo biológico socialmente modelado é um corpo politizado, ou se preferimos, uma política incorporada. Os princípios fundamentais da visão androcêntrica do mundo são naturalizados sob a forma de posições e disposições elementares do corpo que são percebidas como expressões naturais de tendências naturais. (Bourdieu, 1999, p. 156).

Em resumo, a biologia e o corpo seriam espaços onde as desigualdades entre os sexos, resumidas por Bourdieu na ideia de dominação masculina, seriam naturalizadas. Para o gênero, essa visão é muito importante, já que foca seus debates, justamente, nas maneiras marcadas por relações de poder de conceber o masculino e o feminino.

Bourdieu não desconsidera a discussão de gênero, e reconhece a importância do feminismo que ajudou a colocar a dominação masculina em evidência política e reconhece as análises da opressão material sobre as mulheres – é inegável o quanto a violência física, discriminatória e material sobre as mulheres existe e se evidencia dia após dia em nossa sociedade. No entanto, é magistral como Bourdieu, através de sua perspectiva, nos faz avançar na compreensão e perceber o quanto a questão é mais complexa do que parece, dada que a opressão simbólica é, na maioria das vezes, reconhecida e legitimada como algo natural, fazendo-se como inevitável e imutável, ocultando um incessante trabalho de reprodução coletiva, na maioria das vezes invisível e sutil, de consagração do masculino sobre o feminino – especialmente sobre a maternidade, foco deste trabalho.

3 DOMINAÇÃO MASCULINA E INVISIBILIDADE DA MULHER-MÃE

A visão de mundo dos grupos determina os valores sociais e dão significado específico a fatos, fenômenos, comportamentos e interações, e fundamentam a sempre polêmica concepção de ética e/ou moral dos indivíduos que integram o coletivo. Como decorrência, os comportamentos tornam-se padrões a serem internalizados e naturalizados pelos integrantes das coletividades, independentemente de gênero, faixa etária e posição hierárquica no núcleo familiar e societal.

Os valores subjacentes aos agrupamentos sociais permitem classificar e hierarquizar as condutas dos indivíduos em diferentes setores da vida e da interação social. Desta forma, algumas ações são consideradas “justas e corretas”, e, portanto, devem ser incentivadas, enquanto outras passam a ser consideradas “amorais, imorais e/ou incorretas”, devendo, portanto, ser vetadas, obviamente, a depender da cultura vigente nos diferentes países.

Por isso que, embora as mulheres tenham se rebelado em diversos momentos da história², e sua condição de mulher-mãe tenha sofrido mudanças positivas, os comportamentos

² A história do feminismo em fases é dividida e chamada de “ondas”. A primeira onda acontece a partir do final do século XIX, avançando no início do XX. Nessa fase, as mulheres, sobretudo na Inglaterra, se organizam para lutar por seus direitos básicos civis e uma dessas lutas mais populares é o direito ao voto. A segunda onda do feminismo inicia-se por volta de 1960 e é marcada por um movimento de caráter libertário. Ressaltam-se as alianças entre estudantes e operários, os debates diretos sobre relações de poder entre homens e mulheres, lutando por um novo formato de relacionamento (heterossexual), no qual a mulher tenha mais liberdade e autonomia para decidir sobre seu corpo e sua vida. A partir da década de 1980, algumas feministas consideram

e ações sociais ainda refletem o discurso determinante e patriarcal, sendo reproduzidos por homens e mulheres.

Considerado inadequado às condições do mundo pós-moderno, esse comportamento não é tão simples de combater e nem, muito menos, tão simples de ser modificado. Para compreender melhor esses aspectos imbuídos na condição de ser mulher-mãe, é preciso, antes de tudo, levar em consideração suas dimensões antropológicas e sociológicas que moldam o cenário social. Esse ponto de vista é sustentado por Bourdieu, e ajuda a entender como a maternidade é uma construção puramente social. A sua imagem é determinada de acordo com a cultura e expectativas sociais e a estima social que é concedida às mulheres-mães, isto é, por meio do *habitus*.

Funcionando como via de disposição às práticas sociais, o *habitus* é a interiorização de estruturas objetivas das suas condições de grupos sociais, que produz táticas, refutações, pensamentos objetivos ou subjetivos para respostas de questões cotidianas, colocadas pela reprodução social. Para chegar até aí, o Estado (escola, igreja, etc) planeja e legitima uma determinada postura, de modo a torná-la um senso comum. Foi nesse contexto que surgiu, por exemplo, o Dia das Mães no calendário oficial, a institucionalização do parto cesário, a demonização do parto natural e o culto ao corpo pós-parto (como uma ideia de saúde e qualidade de vida da mulher-mãe).

Tendo sido colocadas pela taxonomia oficial, no lado do interior, do úmido, do baixo, do curvo, do contínuo, as mulheres vêem atribuir a elas todos os trabalhos domésticos, isto é, os trabalhos privados e escondidos e até mesmo invisíveis ou vergonhosos, como a criação das crianças e dos animais, e uma boa parte dos trabalhos exteriores, principalmente aqueles referente à água, às plantas, ao verde (como a capina e a jardinagem), ao leite, à madeira, e muito especialmente os mais sujos (como o transporte do estrume), os mais monótonos, os mais penosos e os mais humildes. Quanto aos homens, estando situados no lado do exterior, do oficial, do público, do direito, do seco, do alto, do descontínuo, eles se arrogam todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares que, como a matança do boi, a lavragem ou a colheita, sem falar do assassinato ou da guerra, marcam rupturas no curso comum da vida, e fazem intervir instrumentos fabricados pelo fogo (Bourdieu, 1999, p 137).

Assim, é possível compreender a construção social da condição de instinto materno e o nascimento de uma boa mãe pelo ato biológico de dar à luz. Esse *habitus* reflete a visão determinista sobre maternidade como propósito maior da mulher. Ou seja, para ser completa, a mulher-mãe precisa abrir mão do espaço público – incluindo a carreira profissional – para dedicar-se à maior missão de sua vida: cuidar do filho.

Essa visão, por sua vez, justificada como “instintiva” e “natural, é construída e reforçada desde a infância da mulher, eivada de valores muito específicos e culturalmente estabelecidos. Nos mais diversos cenários, frases do tipo “toda mulher possui instinto maternal” ou “toda mulher tem o dom da maternidade” ecoam (e permeiam) nas relações sociais e, principalmente, no imaginário feminino. Assim, a responsabilidade pelo cuidado incondicional e integral aos filhos surge sem questionamento, como um “caminho natural”.

Consolidado, esse *habitus* acaba por determinar os tipos de comportamentos aceitáveis para o coletivo e, conseqüentemente, o funcionamento da estrutura social. Entretanto,

ainda 1990, o feminismo inicia sua terceira onda, debatendo os paradigmas impostos pelas ondas anteriores e os aspectos essencialistas do feminismo, tal como o conceito de feminilidade. A luta por direito à terra, à saúde materna, contra o racismo e a favor das orientações sexuais das mulheres se tornam efervescentes nessa fase.

para garantir a reprodução desses comportamentos determinados, esse *habitus* deve ser internalizado e naturalizado em discursos, ações e comportamentos, fundamentando, dessa forma, o que Bourdieu denomina de poder simbólico, que é “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe são sujeitos ou mesmo que o exercem” (Bourdieu, 1989, p. 7-8).

Em linhas gerais, o poder simbólico é o que está por trás, invisível, escondido nas entrelinhas e exercido por todos de forma natural. Sendo assim, todos os sujeitos devem cumprir sua função dentro da coletividade, de acordo com padrões construídos e internalizados. As construções sociais, originadas dessas concepções, indicam, por exemplo, uma suposta superioridade masculina, em oposição à inferioridade feminina, determinada pelo seu corpo mais frágil e com menor número de neurônios. Relacionada à reprodução, a capacidade corporal feminina é, então, delimitada ao espaço da casa, do doméstico e do cuidado aos filhos.

Em uma posição hierárquica em relação aos homens, considerados publicamente ativos e provedores, as mulheres – como alerta Bourdieu (1999) – são tratadas como objetos e/ou símbolos, cuja função é manter o capital simbólico em poder dos homens. Através da identificação de como a sociedade tenta naturalizar essa divisão e a dominação masculina sobre as mulheres, Bourdieu afirma que, de forma objetiva, prioriza-se manter essas relações, retirando das mulheres o seu direito à ocupação de espaços público na sociedade.

Dessa forma, circulam como mercadorias de íntimo valor no mercado de bens simbólicos. Precisam estar sempre belas e magras, ao mesmo tempo em que cumprem suas obrigações de mães e donas de casa, juntamente com o trabalho extra-doméstico que desempenham ao lado dos homens (embora, na maioria das vezes, ganhe menos que ele, mesmo que execute a mesma atividade).

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação (Bourdieu, 1999, p. 17).

No caso específico da mulher-mãe, essas construções sociais são tão naturalizadas e internalizadas que, mesmo quando a situação está sob controle, a sociedade pressiona a mulher para que ela se culpe por não estar à frente dos cuidados aos filhos e à casa. Por exemplo, quando o pai precisa dar assistência aos filhos para que a esposa trabalhe, sua função de mãe está sendo mal exercida. Quando esse pai assume o papel de levar o filho ao hospital ou de acompanhar o filho em eventos infantis, então, a mulher-mãe sofre sanções sociais devastadoras, já que o “natural” é a mulher-mãe abrir mão de sua vida, de sua carreira e de sua própria identidade em prol dos filhos e da harmonia da família.

Esse comportamento natural – leia-se obrigatório – não está explicitado em nenhuma lei, mas, ao contrário, está escondido nas entrelinhas dos discursos, dos comportamentos e das ações das pessoas que internalizaram esse *habitus*, por meio de sistemas simbólicos, que Bourdieu assim define:

É assim que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica), dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Webber, para a domesticação dos dominados (Bourdieu, 1989, p. 11).

Em resumo, o Estado e as instituições – pautadas pelo discurso masculino – organizam-se de forma a tornar o hábito (*habitus*) um senso comum, limitando e homogeneizando as práticas e as representações sociais. Para tanto, utiliza-se de sistemas simbólicos, como forma de dar credibilidade aos atos e, assim, consolidar o seu discurso, de forma sutil, sem que as pessoas se deem conta do poder simbólico que está oculto, quase invisível. Dessa forma, determinadas ações passam a ser consideradas as corretas e naturais, tornando-se um hábito, enquanto os comportamentos fora do padrão estabelecido são criticados e marginalizados.

Por meio da linguagem, religião, arte, moda, música, entre outros símbolos de poder, as relações de gênero, desqualificações e preconceitos são reforçados de forma natural. Infiltrados em nossa cultura, esses símbolos ajudam a determinar a vestimenta, o olhar e a postura esperados de uma mulher-mãe, por exemplo, legitimando, assim, o discurso hegemônico masculino.

É nesse ponto que a noção de violência simbólica emerge. Essa violência simbólica pode ser considerada uma consequência da interiorização das normas anunciadas pelos discursos hegemônicos, com a adesão (inconsciente ou não) dos dominados às categorias que embasam sua própria dominação. No caso da

mulher-mãe, sua identidade construída histórica e socialmente baseia-se na sua condição biológica, como fator determinante e universal de sua limitação. (Bourdieu, 1999).

Sempre vi na dominação masculina, e no modo com é importa e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultado daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de aprender a lógica da dominação (Bourdieu, 1999, p. 07-08).

Em cada ideia difundida sem reflexão sobre a mulher-mãe e sua condição invisível, mais força ganha o discurso machista e patriarcal que impede a mulher-mãe de trilhar outros caminhos além da maternidade. Por ser uma violência sutil, muitas vezes invisível, torna-se mais perigosa e, em alguns casos, mola propulsora de outras formas de violência.

A violência simbólica a que estão submetidas as mulheres no campo da maternidade é perverso. Contribuem demasiadamente na construção da subjetividade da mulher-mãe, diminuindo, inclusive, sua autoestima, ao passo que aumenta seu sentimento constante de culpa.

Como adendo, destaca-se um caderno digital especial, elaborado pela Folha de S. Paulo em agosto de 2017, em homenagem a homens que se tornaram responsáveis pelo cuidado com os filhos, por razões diversificadas, são os chamados “pães” (pai e mãe). A reportagem especial, dedicada aos “Dia dos Pais”, sob encargo de Flores e Balago (2017), reverencia cinco “pães” por suas maiores paixões: Jota, deslumbrado por aventuras; Jair, amante de motocicletas; Sandro, atleta; Rodrigo, cuidador de plantas; e Wilson, ouvinte de heavy metal. Cada página enfatiza o hobby dos pais, com a justificativa de que, em meio aos cuidados com os filhos, eles precisam de descanso.

Em maio do mesmo ano, no mesmo jornal, a repórter Ana Ribeiro (2017) homenageia as mulheres com filhos por meio de menção a cinco paulistanas. Em vez de caderno especial, a matéria privilegia as mais significativas conquistas emocionais das mulheres ao se tonarem mães. Não há alusão a hobbies. O cerne é o instinto materno, em torno de filhos biológicos

e/ou adotivos com os sacrifícios inerentes ao papel de “rainha do lar.” O fazer jornalístico também deixa transparecer a identidade da mulher-mãe, construída e enraizada ao longo dos anos pela formação patriarcal da família. Eis um ser invisível, cuja maternidade é a finalidade máxima e, então, sem demanda de enaltecimento. À mulher, cabe agir conforme os padrões para encontrar marido e, por fim, procriar. Aos homens, cabem invenções, desenvolvimento e controle da família, remontando a tempos longínquos, quando o

[...] grande *handicap* da mulher foi um fato histórico. Aconteceu quando o homem saiu à caça e ela se deixou ficar na caverna, cozinhando e procriando, em plena vegetatividade. O homem lutou, cresceu, criou [...] A ação assegurou seu desenvolvimento mental. Enquanto isto, a mulher sempre na caverna (que passou a se chamar de lar) esperava, imutavelmente, a volta do caçador (Studart, 1990, p. 10).

Portanto, retomando Bourdieu, quando se fala em poder simbólico, não é, certamente, o tipo de dominação que age clandestinamente. Pelo contrário. Nem sempre se mostra com facilidade, havendo a necessidade de descobri-lo onde se deixa ver menos, onde é menos explícito ou ignorado e não reconhecido. No esquema teórico de Bourdieu (1999), a dominação masculina mostra que

a violência simbólica se dá por meio de um ato de cognição e de mau reconhecimento que fica além – ou aquém – do controle da consciência e da vontade, nas trevas dos esquemas de *habitus* que são ao mesmo tempo gerados e gerantes. (Bourdieu, 1999, p. 23).

Para entender como age o poder simbólico, na prática, é importante compreender o campo onde se encontra e os mecanismos que, colocados em funcionamento, podem lhe dar visibilidade. Destarte, o campo pode ser compreendido como o *lócus* onde se trava uma luta concorrencial entre os indivíduos, em todo de interesses específicos que caracterizam a área em questão, em seus mais diferentes campos (da política, da maternidade, da medicina, etc). Nesses espaços, as mulheres transitam a partir de posições que se encontram fixadas anteriormente e desenvolvem práticas e comportamentos que são produtos de uma relação dialética entre uma situação e um *habitus*,

Como insiste Bourdieu (1999), há uma divisão sexual quanto às visões de corpo no público e no privado. Enquanto a primeira é mais aberta e abrangente, correspondente ao masculino, a segunda é mais restritiva e limitadora, pertencendo, desse modo, ao feminino. Nesse contexto, aprendem, desde cedo, as funções pertencentes a cada gênero.

No caso das mulheres, por exemplo, suas ações adultas são moldadas na infância, nas diversas brincadeiras “inhas”, onde os valores são incrustados de forma lúdica e, assim, imperceptível: casinha, comidinha, filhinha, etc. Até a forma de se referir às brincadeiras está inserida, propositalmente, nesse sistema de disposições. O uso do diminutivo não é sem propósito. Ao contrário. Faz parte do processo de inculcação da postura delicada a qual a mulher deve seguir nas interações sociais. Também as formas de olhar, expressar, falar, demonstram uma divisão que vai sendo gradativamente interiorizada a partir das relações da dominação masculina.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O histórico da dominação masculina tem sido desconstruído em função das lutas pela emancipação da mulher, sobretudo motivadas pelos movimentos feministas e pela expansão

da internet, especialmente das redes sociais. Paulatinamente, as mulheres têm ocupado os espaços públicos, passando a pertencer a uma consciência de seu valor, opondo-se à pressão da sociedade androcêntrica. Embora se perceba um avanço significativo na postura da mulher no contexto sociocultural, a busca pela identidade feminina, pela autonomia, pela independência financeira e pelo sucesso profissional, contraditoriamente torna as mulheres vulneráveis, pois, apesar de construírem uma projeção social, o preconceito é mantido, ainda que de forma velada, demarcando a hierarquia das posições masculinas e femininas.

Consoante Touraine (2007), as mulheres reforçam a ordem social na qual elas dominam o espaço doméstico e os homens se sobrepõem o ambiente público. Tal comportamento demonstra que lutar pela liberação feminina não é o suficiente; é preciso haver consciência coletiva da situação da sociedade contemporânea, e adequação a essa nova realidade.

Por ser uma categoria presente nas discussões sobre o feminismo, a maternidade acaba por não ser abordada como um tema específico e relevante na Ciência da Informação, embora seja uma temática abordada por outras áreas do saber, a exemplo da psicologia e do serviço social. Entretanto, a maternidade carece de discussões com perspectivas mais refutadoras, que ampliem horizontes para o ser mãe e fortaleçam o movimento de ressignificação efetiva de sua identidade.

Construída socialmente ao longo da história, a maternidade ainda herda o ranço das ciências biológicas, que associa o corpo da mulher ao corpo social. Essa imagem acaba por enfatizar a divisão desigual da mulher-mãe e do homem-pai. É preciso retirar essa condição biológica da mulher e sua conseqüente invisibilidade pública e privada em prol do cuidado à prole. Ao nascer um bebê, não nasce uma mãe. Ao contrário. Sua construção acontece desde a infância, com valores inofensivos e, ao mesmo tempo, perversos, espalhados por todos os lados e, principalmente, no imaginário feminino.

Nem mesmo o avanço tecnológico é garantia de ruptura desse pensamento que dá suporte à dominação masculina. Sem reflexão sobre o assunto, as Tecnologias de Comunicação e Informação podem, ao contrário, ser um espaço de “reprodução de significados clássicos de gênero que contribuem para a permanência da relação e dominação” (Scavone, 2006, p. 48)

O fortalecimento de um movimento efetivo de mudança pode estar na compreensão do campo – contexto – no qual se encontra o problema dos mecanismos que, colocados em funcionamento, podem lhe dar visibilidade. Assim, Bourdieu (1989) chama a atenção para a necessidade de descobrir o poder simbólico o qual é ignorado, menos visível e, assim, investigar em que medida esses símbolos contribuem ou reforçam a violência simbólica no contexto da maternidade.

É evidente que estudos desta natureza nem são conclusivos nem exaustivos. Envolvem conceitos complexos que demandam adaptação às realidades distintas, mesmo em território nacional, como também, maior divulgação e popularização em distintas instâncias, além de pesquisas complementares. Logo, inexistente pretensão de esgotar a discussão sobre o tema. Em linha oposta, o intuito é reduzir o estranhamento que ainda reste frente à maternidade e sua carreira profissional, embora direcionado aos gêneros em geral, contribuindo para discussões, em especial, no campo da CI.

Por ser uma categoria presente nas discussões sobre o feminismo, a maternidade acaba por não ser tratada como tema específico e relevante na CI, embora apareça, com certa regularidade em outros campos do conhecimento, a exemplo da psicologia e do serviço social. Entretanto, a maternidade carece de discussões com perspectivas mais refutado-

ras, que ampliem horizontes para o ser mãe e fortaleçam o movimento de ressignificação efetiva de sua identidade, sem desprezar a herança do feminismo.

Por fim, vale ressaltar que a violência simbólica a que a mulher-mãe está submetida é cruel e estanque. É preciso mudar essa questão incentivando e ampliando a discussão. O silêncio apenas reforça a invisibilidade da mulher que decidiu ser mãe voluntariamente, e enfraquece ainda mais seu espaço de conquistas. Por isso, a mulher precisa afrontar a vida, a cada dia, mas este enfrentamento e esta luta devem representar um caminhar ao lado do homem, numa ação nitidamente complementar, em que as diferenças são respeitadas e a unicidade é mais do que nunca acatada.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980 [1949]. , v. I e II.

BEAUVOIR, Simone de. A força das coisas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014 [1963].

BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CANANÉA, Lílian Viana; ROCHA, Maria Meriane Vieira; TARGINO, Maria das Graças. Maternidade em pauta: reflexões sobre ativismo digital e sua relação com a competência da informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 8, n. 3, p. 20-39, set./dez. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21714/2236-417X2018v8n3p20>
<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc>. Acesso em: 13 fev. 2020.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003. Belo Horizonte. **Anais [...]** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

ESPÍRITO SANTO, Patrícia. Os estudos de gênero da Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 317-332, jul./dez. 2008. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/204536/PCIN0195-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 fev. 2020.

FIDALGO, Lurdes. **(Re)construir a maternidade numa perspectiva discursiva**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

FLORES, F.; BALAGO, R. **Conheça pais que conciliam filhos e hobbies como escalar o Himalaia e ir a shows do Iron Maiden**. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2017/08/1907231-conheca-pais-que-conciliam-filhos-e-hobbies-como-escalar-o-himalaia-e-ir-a-shows-do-iron-maiden.shtml>. Acesso em: 13 fev. 2018.

JOURDAIN, Anne; NAULIN, Sidonie. **A teoria de Pierre Bourdieu e seus usos sociológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

RIBEIRO, A. Mamães paulistanas contam como a maternidade transformou suas vidas. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2017/05/1881386-mamaes-paulistanas-contam-como-a-maternidade-transformou-suas-vidas.shtml>. Acesso em: 13 fev. 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 12, p. 157-163, 1999. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634812/2731>. Acesso em 15 jan. 2020.

SCAVONE, L. Novas tecnologias conceptivas: teorias e políticas feministas. In: FERREIRA, V.; ÁVILA, M. B. & PORTELLA, A. P. (Orgs.). **Feminismo e Novas Tecnologias Reprodutivas**. Recife: Edições SOS Corpo, 2006.

STUMPF, I. R. C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. T. de. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2008. p .51-61.